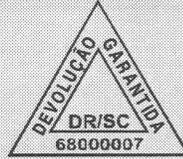


NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC



CORREIO
IMPRESSO ESPECIAL
nº68000007/2002
ECT/SC
ALESC

Florianópolis, 1º de novembro de 2002

Ano 4 Nº 106

Movimento parlamentar permite adiar privatização do Besc

Tatiana Kinoshita

Na primeira sessão após o segundo turno das eleições, os parlamentares aprovaram requerimento de autoria da deputada Ideli Salvatti (PT), endereçado ao presidente do Banco Central, Armínio Fraga, pedindo a suspensão de todos os procedimentos da entidade que visassem a privatização do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), e transferindo qualquer decisão referente ao assunto à nova equipe de governo que assumirá a partir de janeiro de 2003. Com isto, estabeleceu-se um verdadeiro

mutirão envolvendo o governador eleito, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), e o atual, Esperidião Amin (PPB), além da equipe de transição de Luiz Inácio Lula da Silva. O movimento acabou transferindo justamente para análise e decisão das equipes de transição (do governo federal e do presidente eleito) a suspensão ou não da publicação do edital de venda do Banco.

Segundo a deputada, o requerimento foi feito assim que a bancada petista recebeu a informação de que representantes do BC estariam trabalhando para que o edital, já com a data marcada para o leilão, fosse publicado ainda nesta semana. "A notícia nos pegou de surpresa, mas o deputado Carlito Merss (PT) e o senador Casildo Maldaner (PMDB) conversaram com Armínio Fraga para saber como estava sendo dirigida a privatização do Besc", informou a parlamentar.

Conforme as informações passadas pelos



Lideranças do PT reunidas na Assembléia

parlamentares em Brasília, o presidente do BC teria afirmado que "o piloto automático estaria ligado no caso do Besc" e não havia como impedir os procedimentos para que a privatização se realizasse ainda no atual governo.

A cúpula do PT catarinense se agilizou e

manteve o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, a par da situação. Ideli esteve em São Paulo e reuniu-se com o secretário do PT nacional, Luiz Dulci, e com o assessor direto de Lula, Gilberto de Carvalho. "O assunto Besc será tratado pela equipe de transição da presidência da República", comentou Ideli. O governador eleito anunciou que conversaria pessoalmente com Lula na próxima semana sobre o assunto.

O presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) acabou concordando, em conversa telefônica com Amin, em transfe-

rir para as equipes de transição a decisão de publicar ainda este ano o edital. Para Ideli, existe uma grande chance da bancada de oposição conseguir reverter a privatização no governo Lula, uma vez que Luiz Henrique da Silveira é declaradamente contra a venda do banco.

Aprovada Emenda diminuindo número de Vereadores

O Projeto de Emenda Constitucional de autoria do presidente da Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), reformulando o inciso IV do artigo 111 da Constituição Estadual, foi aprovada em plenário com 24 votos, número necessário para apreciação de emendas constitucionais. A alteração trata da proporcionalidade do número de vereadores dos municípios, que agora obedecerá os limites da Constituição Federal.

O novo texto Constitucional, já em vigor a partir dessa quarta-feira (29) foi promulgado pela Mesa da Casa, publicado no Diário da Assembleia e dado conhecimento ao Governador e ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Mesmo com a aprovação da Emenda, continua tramitando no Supremo Tribu-

nal Federal (STF) Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), proposta pelo Ministério Público (MPE), que pretende destituir do atual mandato 333 legisladores catarinenses - com a redução de cadeiras em 88 Câmaras.

Defesa - O presidente Agostini defende que os atuais vereadores eleitos, diplomados e empossados, assim como os de legislaturas anteriores, têm o direito de cumprir o mandato.

O inciso IV do artigo 111 da Constituição Estadual vinculava o número de vereadores à população do município, estabelecendo diversas faixas que conflitam com a proporcionalidade entre cadeiras na Câmara e número de habitantes definida no artigo 29 da Constituição Federal. (TK)

**Governador
eleito quer
mudanças no
Orçamento 2003**

Página central

OPINIÃO

Diga sim à Petrobrás em Itajaí



A campanha pela permanência da Petrobrás Unidade de Negócios de Exploração e Produção do Sul (UN-SUL), em Itajaí, liderada pela Associação Comercial e Industrial merece o apoio de todos nós. Itajaí foi escolhida em 1995 para sediar a unidade da Petrobrás como base operacional dos campos petrolíferos próximos à nossa costa marítima e, posteriormente, em 2000, para sediar um Centro de Defesa Ambiental, pela sua localização estratégica no litoral catarinense e suporte logístico. Agora, o Governo Federal pretende transferir a unidade

para o Rio de Janeiro, acarretando prejuízos ao Estado. Segundo a ACII, entre os prejuízos, destacam-se: rompimento de contrato com 44 empresas prestadoras de serviço, fechando 359 postos de trabalho direto, produtos e serviços contratados fora do mercado local, redução em impostos/royalties e perda do patrocínio anual de R\$ 1,5 milhões, atualmente aplicados na área cultural, social e meio ambiente.

A unidade itajaíense da Petrobrás, responsável pela exploração e produção de petróleo nos três estados sulinos, coloca Itajaí e Santa Catarina no cenário mundial de petróleo. A unidade é a primeira do mundo a receber simultaneamente a tripla certificação em Segurança, Meio Ambiente e Saúde. Está apta a dar suporte técnico-operacional imediato (devido ao aeroporto) a qualquer outro Centro de Defesa Ambiental no Brasil. Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Itajaí pode ser considerada como zona produtora principal de petróleo, por ter

três pontos de apoio para a atividade (escritório da Petrobrás, armazém-Centro de Defesa Ambiental e as instalações do porto e aeroporto), o que pode representar maior transferência de royalties para nossa cidade.

Por isso, o movimento pela permanência UN-SUL em Itajaí denominado *Diga sim a Petrobrás em Itajaí* é muito importante para Itajaí e Santa Catarina. Merece o apoio de todos e deve ganhar força através de um Movimento Supra-Partidário, reunindo todas as forças políticas para uma grande luta conjunta em favor de Itajaí, dos municípios da AMFRI e de Santa Catarina. O Movimento deve se espriar reunindo o Governo do Estado, Legislativo, Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, Associações Comerciais e Industriais, entidades dos trabalhadores e da comunidade em geral. Devemos constituir uma Comissão representativa deste movimento, sob a coordenação da ACII. Devemos incluir neste Movimento o Fórum Parlamentar Catarinense, que reúne os 16 Deputados Federais e os 3 Senadores Catarinenses em Brasília. Devemos elaborar a Carta de Itajaí, que sintetize as razões deste Movimento. Está na hora de Santa Catarina ser respeitada pelo Governo Federal.

Vamos juntar todas as forças vivas da sociedade para exigirmos esta consideração. Espero que o futuro governo federal seja positivo nesta questão. Assim como foi o Movimento Supra-partidário pela Municipalização do Porto de Itajaí vamos, mais uma vez, unir todos os segmentos para defender Itajaí e Santa Catarina acima de tudo.

Diga sim à Petrobrás em Itajaí.

Deputado Volnei Morastoni (PT)
volnei@alesc.sc.gov.br

Coração: tratamento à distância



Um dos desafios que os governos vêm enfrentando é o de tornar acessível às populações os avanços tecnológicos que a medicina vem experimentando para tratar de forma segura e barata, as principais moléstias que afligem o povo – à exemplo das doenças do coração, que só nos Estados Unidos, por exemplo, constituem a principal causa de morte natural (de 300 a 350 mil vítimas anuais).

As distâncias que separam o interior dos grandes centros e a pouca atratividade financeira e de desenvolvimento para profissionais especializados dessa área, fazem com que os dispêndios financeiros de prefeituras e governos estaduais cheguem a patamares insuportáveis e a saúde pública fique sempre a desejar. Ambulâncias, veículos particulares, diárias, passagens, estadias, são alguns dos itens responsáveis pelo custo exorbitante do *cuidar da saúde* da população. Para iniciar um trabalho de melhoria na qualidade do atendimento a pacientes em potencial e com problemas cardíacos, com custo baixíssimo, estamos propondo ao Governo do Estado a implantação do Serviço de Eletrocardiograma à Distância, por meio de Sistemas de Telemedicina.

Este nome, aparentemente pomposo, pode ser traduzido da seguinte forma: o sistema é constituído por um ponto central e por pontos remotos, isto é, uma Central instalada na Capital e os pontos remotos, em cidades do interior. A Central, na realidade, é um Laboratório à distância com especialistas em cardiologia, que recebe os eletrocardiogramas efetuados por um médico ou enfermeiro nos pontos remotos, via linhas telefônicas digitais. Os exames são analisados, diagnosticados e devolvidos aos pontos remotos para providências, que podem ser sugestões, internações em hospitais locais para tratamento pré-determinado ou o envio do paciente para centro especializado.

Já existem esses serviços no Brasil, nos estados do Ceará, Mato Grosso, Bahia, Tocantins, Pará, Maranhão e Amazonas. Em Santa Catarina, o Hospital de Caridade de Florianópolis possui infra-estrutura que poderia facilitar a implantação deste sistema. Quanto aos custos, são realmente baixos. Os equipamentos para o Ponto Central ficam em torno de R\$ 30 mil, incluído linha telefônica digital; para o ponto remoto, ficam em R\$ 20 mil (sala do posto de saúde local com médico existente e auxiliar de enfermagem), linha incluída e, ainda, a equipe de análise (apoio central), que tem o mesmo custo de um eletrocardiograma normal.

Deputado Lício Mauro da Silveira (PPB)
licio@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - SC 00317-JP
Chefe de Redação: Marise Ortega
Redatores: Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Mirela Maria Vieira
Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL**Parlamentares avaliam panorama pós-eleitoral**

Os líderes das bancadas atualmente no Legislativo fizeram suas ponderações sobre os resultados da eleição. Representando legendas que vão trocar de posição – de situação para oposição e vice-versa -, os líderes dos partidos com assento na AL garantem, em sua maioria, que os interesses de Santa Catarina devem estar “acima de tudo”.

(foto Carlos Kilián)

Odete de Jesus (PL)

“Essas eleições demonstraram que o povo brasileiro votou em quem fez o diagnóstico real e garantiu em suas plataformas mudanças efetivas, dando condições para que o desenvolvimento ocorra de baixo para cima. Na Assembléia refletiu-se a vontade dos catarinenses que escolheram seus representantes e estes, com certeza, dignificarão seu povo, dando plenas condições de governabilidade ao Luiz Henrique, ainda que respeitada a independência dos poderes, conforme prevê nossa Constituição.”

*Lideranças partidárias em defesa dos interesses catarinenses***Afrânio Boppré (PT)**

“Houve uma disposição popular por mudança. Se observar pela vitória do Lula, em Santa Catarina o povo passa cada vez mais a confiar no Partido dos Trabalhadores. Entre a disputa pelo governo do Estado em 1998, com o Milton Mendes e agora com José Fritsch apresentamos um crescimento significativo de 10%. Elegemos a senadora Ideli Salvatti, aumentamos a bancada estadual de cinco para nove deputados e federal, de dois para cinco parlamentares. Isso faz aumentar a responsabilidade do PT”.

Julio Garcia (PFL)

“A disputa do pleito foi realizada em ótimo nível e Santa Catarina deu uma lição de democracia. Há mudanças à vista, mas o governador eleito não tem a maioria consolidada na Assembléia. Num primeiro momento, até acredito que os projetos do executivo serão aprovados mais facilmente mas, posteriormente, o equilíbrio vai prevalecer”.

João Henrique Blasi (PMDB)

“Foi mantida a tradição catarinense de uma disputa acirrada nas últimas eleições e ficou claro que ninguém é imbatível e é preciso parcerias para se vencer. Por conhecer a postura democrática de Luiz Henrique, acredito em um ótimo relacionamento entre Executivo e Legislativo, até porque o governador eleito assinou a possibilidade de haver discussões prévias de projetos polêmicos de origem governamental com os líderes de bancada”.

Jaime Duarte (PPS)

“Os eleitores optaram pela mudança. No caso do meu partido, a queda de Ciro Gomes nas pesquisas dificultou a possibilidade de vitória e acabamos perdendo espaço na Assembléia. No caso do governador eleito, como Luiz Henrique tem um vasto passado como legislador, acredito em um bom relacionamento entre os dois poderes”.

Milton Sander (PPB)

“O interesse de Santa Catarina deve estar acima de todos os outros, por isso a nossa bancada irá adotar uma posição de auxílio à transição, mas também de fiscalização. Temos a maior bancada da próxima Legislatura e para o governo estadual fizemos quase 50% dos votos. O governador eleito terá a fiscalização de praticamente metade do eleitorado. Ele terá 100% de condições de começar a governar. Luiz Henrique encontrará a Casa em ordem e com um elenco de contratos importantes para o Estado. O novo governo terá a responsabilidade de começar acertando e não consertando”.

João Rosa (PTB)

“Nesta última eleição venceu a democracia. Para mim, é clara a diferença entre os projetos do PMDB e do PT e creio que, futuramente, ambos seguirão caminhos diferentes, já que essa união foi apenas um jogo de interesses”.

ESPECIAL ELEIÇÕES

Governador eleito vai pro...

Luiz Henrique da Silveira (PMDB) quer trabalhar...

Mirela Maria Vieira

(foto Carlos Kilian)

Apostando no começo de uma nova concepção na prática de administrar, tanto em nível federal quanto estadual, o governador eleito no domingo 27, Luiz Henrique da Silveira, disse em entrevista exclusiva à TV Assembleia no dia 30, que “será necessário fazer mudanças no projeto do orçamento 2003”. O peemedebista, visivelmente cansado da maratona dos últimos meses que o guindou à vitória por cerca de 20 mil votos de diferença dos obtidos pelo seu concorrente, Esperidião Amin (PPB), falou à TV AL logo depois de conceder sua primeira entrevista coletiva, depois de eleito, no Plenarinho.

As mudanças, assinalou Luiz Henrique, vão permitir a implementação, já no primeiro ano de seu governo, do processo de descentralização da administração estadual proposto em seu plano de campanha – o Plano 15. “Serão necessárias modificações para que comecemos a proceder a substituição das estruturas centrais por regionais, e cada uma destas regionais executará o orçamento regionalizado”, explicou o governador. As portas para estas modificações já foram abertas pelo relator da



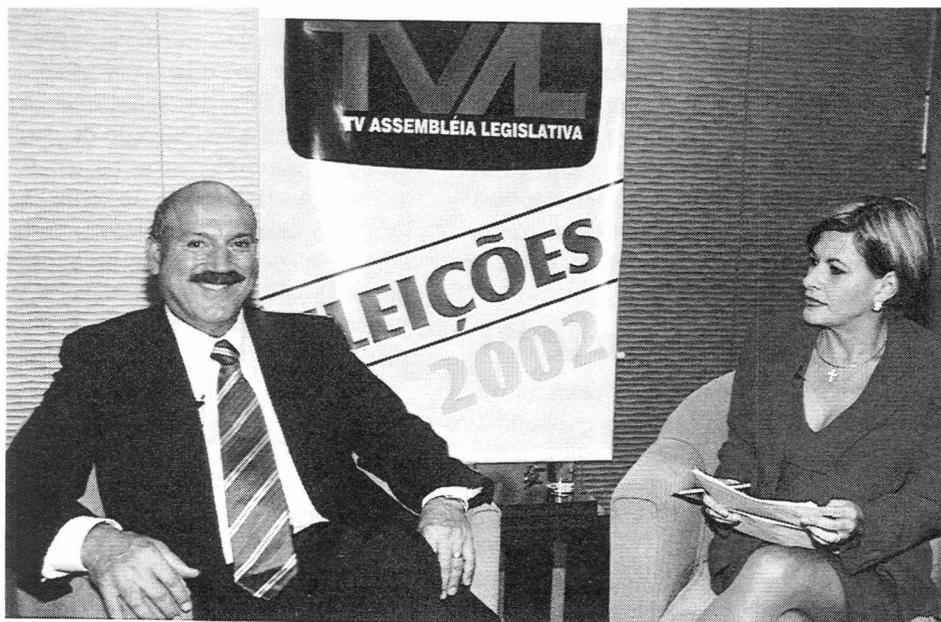
Coletiva do governador eleito na Assembleia

peça orçamentária, deputado Júlio Garcia (PFL). (Leia box).

Retorno

Dando o tom do tipo de relacionamento que pretende manter com o Legislativo, Luiz Henrique também assinalou que os parlamentares e lideranças que pertencem ao arco de partidos que o apoiou (além do seu pró-

prio, PDT, PPS, PSDB) serão alçados a cadeiras na Assembleia ou ter aproveitamento na estrutura de governo. Romário Benedet e Manoel Mota, que acabaram conseguindo apenas a suplência, devem retornar logo no começo da nova legislatura, no que depender do governador eleito. O PSDB, garantiu, terá tratamento especial. A participação do PT no retorno, segundo assinalou, depende apenas de disposição do partido. “Se eles quiserem, participam. Trabalhar com o maior número de forças políticas é marca das minhas administrações”, disse o ex-prefeito de Joinville. O PT o apoiou no segundo turno a partir do compromisso de Luiz Henrique em articular a colaboração do seu partido às propostas do novo Presidente no Congresso Nacional. No palco do Legislativo, o PT estaria sendo cotado em primeiro lugar no elenco de partidos que ajudaram a elegê-lo, como um dos principais candidatos a disputa à presidência da Mesa, cuja eleição acontece em 15 de fevereiro. “Esse assunto é de competência exclusiva da Assembleia. Não vou interferir de maneira nenhuma. Mas, não festei durante reunião com a bancada que trabalhasse pela indicação de um candidato saído dos partidos que trabalharam pela nossa eleição (PT, PSDB, PL)”, comentou.



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Luiz Henrique da Silveira e a apresentadora da TVAL Maria Helena Torres

As mudanças no Orçamento

Com a união do maior número de forças políticas

Exportações

Quanto às suas primeiras ações no Executivo, uma ação na área de desenvolvimento foi anunciada com exclusividade pelo governador eleito durante entrevista com a TV AL. Afinado com o discurso do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Luiz Henrique Formou que pretende alavancar as exportações catarinenses das pequenas e microempresas. “Vou criar a Agência de Desenvolvimento, ágil, para oferecer assessoria e dar encaminhamento dos projetos das pequenas e microempresas para mercados externos. Vamos funcionar como um despachante destes empresários. Vamos possibilitar que participem de feiras e eventos internacionais. Eles não têm o dinheiro para isso e é aí que o poder público tem que entrar”, explicou.

Na área de segurança, anunciou a fusão das secretarias da Justiça e da Segurança Pública, colocando as duas polícias – Civil e Militar –, além do Corpo de Bombeiros, sob comando único desta secretaria. Além disso, pretende trabalhar para a formação dos Bombeiros Comunitários. O investimento no setor cultural como forma de alavancar desenvolvimento econômico aliado à educação e fomento do turismo de maneira integrada, também foi destacado pelo governador eleito como uma de suas prioridades. “As pessoas e as empresas não sabem, ou não se dão conta, que podem reduzir imposto de renda ao apoiar um projeto cultural, por exemplo. As leis de incentivo existem e devemos estimular para que sejam usadas como alavanca de desenvolvimento”, disse, referindo-se à Lei Rounet (federal) e a Estadual de 98.

Ainda dentro das ações imediatas, no que diz respeito ao relacionamento com o futuro governo federal, Luiz Henrique vai levar ao Presidente eleito a experiência das cozinhas comunitárias, projeto que tem como realizador e fomentador o Padre Fachini, de Pinville. Há sete anos, o Padre montou a Fundação Pauli Madi, e hoje são 21 cozinhas comunitárias, com capacidade para atender 200 crianças carentes. “Mas, isso só funciona com o envolvimento da sociedade organizada. ONGs, comunidades, igrejas, e o poder público tem que atuar em conjunto”, ressaltou Luiz Henrique.

Governabilidade

Numa demonstração de “espírito público”, nas palavras do líder do PMDB, João Henrique Blasi, o relator da peça orçamentária para 2003, Julio Garcia (PFL), abriu as portas para que a equipe do governador eleito elabore e encaminhe, em 15 dias, uma proposta de substitutivo global. A decisão foi tomada depois de reunir-se com os técnicos da Casa que auxiliam na elaboração do parecer que será submetido à Comissão de Finanças.

“O orçamento foi encaminhado pelo



Deputado Blasi



Deputado Julio

atual governador levando em conta sua vitória nas eleições. Era o seu projeto, mas como o vitorioso foi outro, deverá ser alterado, para que fique de acordo com seu programa de governo”, justificou Garcia. O pefelista, hoje nas fileiras da situação, argumentou que qualquer ação para “engessar” a futura administração seria “um gesto de má vontade”, e um desrespeito ao eleitor que deu o voto de confiança no governador eleito. O orçamento de 2003 está projetado em R\$ 9,3 bilhões.

Combate à Fome é prioridade no primeiro ano de Lula

Rubens Vargas

Levado ao Palácio do Planalto com o aval de mais de 52 milhões de brasileiros, o petista Luiz Inácio Lula da Silva põe em prática, no governo de transição, o tom conciliador que norteou sua campanha. Aliados do primeiro e do segundo turnos estão sendo chamados para compor o conselho político que vai definir os nomes do novo governo. O presidente eleito já anunciou a criação da Secretaria Emergencial de Combate à Fome, programa que agradou a Organização das Nações Unidas (ONU) que determinou como prioridade, para os próximos anos, o enfrentamento de questões relativas às violações dos direitos humanos.

A sinalização de apoio partiu do relator

da ONU para a Fome, Jean Ziegler. “Lula está em sintonia com as propostas do secretário-geral da entidade, Kofi Annan, que defende a prioridade aos direitos sociais”. Ele acredita que a união de forças de Annan, de Lula e do novo alto comissário de Direitos Humanos da ONU, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, abre grandes possibilidades de mudança no que se refere às condições de vida das populações menos favorecidas. Ziegler informou que, na reunião de dezembro, quer entregar ao presidente eleito as 26 recomendações para que a fome no Brasil seja realmente combatida. A aceleração da reforma agrária e o aumento do salário mínimo foram dois itens importantes citados por ele, que ressaltou como grande problema do país a péssima distribuição de renda.

COMISSÕES

Morastoni propõe CPE pela manutenção da Petrobrás no Estado

O deputado Volnei Morastoni (PT) propôs a criação de uma Comissão Parlamentar Externa na Assembléia para defender a manutenção da Petrobrás em Santa Catarina. A empresa está transferindo sua Unidade de Negócios de Itajaí para o Rio de Janeiro. Segundo a Associação Comercial e Industrial de Itajaí (ACII), a transferência da Unidade acarretará o rompimento de contrato com 44 empresas prestadoras de serviço, fechando 359 postos de trabalho direto. O fechamento ainda implicará na redução em impostos/royalties e na perda do patrocínio anual de R\$ 1,5 milhão, atualmente aplicados na área cultural, social e meio ambiente.

Morastoni usou a tribuna para ler a *Carta de Itajaí - Diga Sim à Petrobrás*, documento elaborado pela ACII em conjunto com demais entidades. Ele ainda conclamou os 39 deputados a assinar um abaixo-assinado e a integrar uma comitiva a ser formada por autoridades e entidades catarinenses para defender a permanência da Petrobrás no Estado. A co-



Deputado Morastoni

mitiva deve marcar audiências com a Presidência da Petrobrás e com integrantes da equipe de transição do governo Lula para tentar reverter a transferência da Unidade. O deputado afirmou a intenção de aprovar na Assembléia um requerimento solicitando a permanência da Unidade de Negócios no Estado. O requerimento será

encaminhado ao Governo Federal, à equipe de transição do Governo Lula, ao governador Amin, ao governador eleito Luiz Henrique e aos deputados e senadores que constituem o Fórum Parlamentar Catarinense.

O parlamentar também destacou que a unidade itajaíense é a primeira do mundo a receber simultaneamente a tripla certificação em segurança, meio ambiente e saúde. Por sua localização geográfica e pelo suporte logístico oferecido, Itajaí foi escolhida também, há 2 anos, como sede de um dos nove Centros de Defesa Ambiental da Petrobrás, espalhados pelo Brasil. "Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Itajaí pode ser considerada como zona produtora principal de petróleo, por ter três pontos de apoio para a atividade" disse referindo-se ao escritório da Petrobrás, ao armazém-Centro de Defesa Ambiental e às instalações do porto e aeroporto, "o que pode representar maior transferência de royalties para Santa Catarina e para a cidade de Itajaí". (TK)

Deputado Konell tem prazo para defesa

A comissão de Constituição e Justiça, em reunião extraordinária nessa terça-feira (29), presidida pelo deputado Reno Caramori (PPB), definiu o prazo de 5 dias para que o deputado Ivo Konell (PMDB) apresente as provas e a defesa por escrito relacionada à decisão judicial que determinou a perda do seu mandato.

O deputado Jaime Mantelli (PDT) solicitou que seja anexada cópia do recurso em que Konell questiona a decisão. A medida foi provocada pela apreciação do processo nº 1270, em que o 1º suplente do PMDB, Valdir Cobalchini, requer sua posse. No entendimento da Procuradoria da Assembléia é necessário primeiro manifestação da CCJ e, após, um ato declaratório da mesa diretora.

Segurança e a saúde no trabalho

Todos os processos licitatórios de obras e serviços do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público Estadual deverão ter medidas de proteção na segurança e na saúde do trabalho. Essas

medidas deverão atender às exigências contidas na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho. As licitações deverão incluir em seus editais, medidas de proteção como Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Condições e Meio Ambiente do trabalho na indústria da construção, em obras com mais de 20 trabalhadores.

Este é o teor do Projeto de Lei nº 291/02, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que foi aprovado na CCJ com o objetivo de fazer com que a administração pública estadual priorize a segurança e a saúde no trabalho em suas contratações desde o processo licitatório. "Assim agindo, governo, empresas contratadas, trabalhadores e a sociedade poderão diminuir os custos sociais com acidentes de trabalho e com doenças ocupacionais", disse Agostini.

DST/AIDS

Também foi aprovado na CCJ o Projeto de Lei nº 365/02, de origem governamen-

tal, que dispõe da obrigatoriedade de veiculação de mensagens de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Aids, em eventos de massa e nos anúncios e programas que sugerem a prática de sexo.

A matéria tem a disposição de alterar a Lei nº 11.075/99, definindo questões como quem arcará com os custos das veiculações, qual a autoridade que aprovará as mensagens e quem será responsável pela fiscalização. As alterações permitirão a regulamentação posterior da referida lei.

Salários do TJ

Aprovado ainda o Projeto de Lei Complementar nº 16/02, do Tribunal de Justiça, que fixa em R\$ 5 mil e 400 reais o valor de vencimento dos cargos de Advogados de Ofício - do Juizado da Infância e da Juventude da Capital e da Justiça Militar, integrantes da estrutura funcional do Poder Judiciário do Estado. O Tribunal informa que o projeto não ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal, não havendo portanto aumento de despesa com pessoal. (SD)

Problemas na BR 101

Em seu pronunciamento durante a sessão plenária desta quinta-feira (31), o deputado João Macagnan (PFL) alertou para o grande número de acidentes na BR 101 – tanto no trecho Norte, já duplicado, quanto no Sul, onde as obras de duplicação ainda não foram iniciadas.

Na próxima semana, Macagnan deve encaminhar requerimento ao governador eleito de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira e ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, alertando para os problemas existentes nessa rodovia que corta o Estado. Segundo ele, o pedido aos governantes é que seja feita uma revisão completa no edital de licitação das obras de duplicação do trecho Sul. Os embargos à obra foram mantidos pelo Tribunal de Contas da União por conter várias irregularidades, entre elas superfaturamento.

Quanto ao trecho Norte, o parlamentar afirma que são necessárias obras de correção para conter o grande número de acidentes provocados por defeitos na pista. “Até assumir o cargo, o novo governo terá tempo suficiente para corrigir os problemas existentes”, alertou. (RMPP)

Débitos com o fisco

Moção do deputado Gelson Sorgato (PMDB) à bancada catarinense no Congresso Nacional, apela por medidas urgentes para a edição de normatização mais abrangente em benefício do empresariado nacional que tem débitos com o fisco. “O governo federal já editou normas visando amenizar as dificuldades da atividade produtiva,

como o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) que, no entanto, não oportunizou a real fixação do setor no mercado, com a solidificação das empresas”, disse o parlamentar, que alerta para a necessidade de medidas urgentes que efetivamente recuperem as empresas, impedindo que fechem e garantindo o incremento da economia. (CW)

Linha de crédito

A deputada Ideli Salvatti (PT) encaminhou pedido de informação ao presidente do Badesc (Agência de Fomento de Santa Catarina), indagando sobre a possibilidade de abertura de linha de crédito especial, com juros diferenciados, para empreendimentos gerenciados por mulheres.

Justifica a proposta dizendo que “comprovadamente a inadimplência verificada em empreendimentos administrados por mulheres é menor do que a verificada em empresas comandadas por homens. Outra vantagem, é que o volume de empregos gerados é bem maior”. (CW)

Estadualização de rodovia

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) apresentou projeto de lei que dispõe sobre a estadualização do trecho rodoviário entre os municípios de Ipira e Presidente Castelo Branco, numa extensão de 25 Km.

“A proposta foi motivada por apelos das autoridades dos municípios, que recebem significativo número de turistas que visitam a região com destino às termas de Piratuba. Se a estrada for asfaltada haverá uma diminuição de cerca de 50 quilômetros entre o Meio Oeste e Piratuba, o que certamente vai incrementar o desenvolvimento financeiro e turístico dos municípios abrangidos”, justificou o autor. (CW)

Proposições

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao superintendente da Telesc Brasil Telecom, solicitando a implantação de telefones públicos nas comunidades de Rio dos Anjos, em Içara, e São João Urussanga Baixa, em Treze de Maio.

Deputado João Macagnan (PFL) ao governador solicitando a instalação de centros de recuperação de dependentes químicos nas cidades de grande e médio porte de Santa Catarina.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao diretor do DNIT/SC pedindo melhorias para a BR-282, no trecho entre Campos Novos e São Miguel do Oeste.

Deputado Júlio Garcia (PFL) ao secretário da Saúde solicitando a relação dos medicamentos adquiridos no período compreendido entre agosto de 2001 e 2002.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao DNIT/SC solicitando a reativação do posto da Polícia Rodoviária Federal localizado na Serra dos Ilhéus, proximidade das divisas entre Pouso Redondo e Otacílio Costa.

Deputado Onofre Agostini (PFL) à Telesc Brasil Telecom solicitando a implantação de linhas telefônicas para os moradores das localidades de Santo Antônio e Santa Tereza em Urubici.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador e aos secretários dos Transportes e da Educação, solicitando a reconstrução dos muros do Colégio Estadual João Guimarães Cabral, no bairro Vila Nova, em Imbituba.

Deputado João Macagnan (PFL) à comunidade de Pirituba parabenizando pelos 39 anos de emancipação político-administrativa.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao presidente do Tribunal de Justiça, solicita urgência na instalação da Comarca de Araquari.

Deputada Odete de Jesus (PL) ao presidente da AL propondo a denominação de *Prefeito Sebastião Carneiro* ao ginásio de esportes da Escola Estadual Daniel Hostin, de Matos Costa.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à prefeita de Florianópolis solicitando a revisão dos critérios de cobrança da taxa aos ônibus de turismo que entram na cidade.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao superintendente da Telesc Brasil Telecom, solicitando a implantação de telefones públicos nas comunidades de Rio dos Anjos, em Içara, e São João Urussanga Baixa, em Treze de Maio.

Deputado João Macagnan (PFL) ao governador e à secretária da Educação, sugerindo a criação do programa estadual de saúde vocal do professor da rede estadual de ensino.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador, ao secretário dos Transportes e ao diretor do DER/SC requerendo a pavimentação asfáltica dos acessos ao Balneário Esplanada, zona sul do Balneário da Praia do Rincão e Balneário Barra Velha, de Içara.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Cônsul Geral da Itália para o Paraná e Santa Catarina solicitando especial atenção aos processos de brasileiros descendentes de italianos residentes em Balneário Camboriú, que pleiteiam a cidadania italiana.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador e a secretários de Estado solicitando a dragagem de manutenção e desassoreamento da bacia de evolução junto ao cais do porto de Laguna. (CW)

Parkinson e Alzheimer

Indicação do deputado João Macagnan (PFL) foi endereçada ao governador e ao secretário da Saúde solicitando a criação de programa de assistência médico ambulatorial aos portadores da doença de Parkinson e do mal de

Alzheimer. Macagnan justificou a proposição explicando que “cresce de maneira acentuada o número de portadores dessas doenças, e o grande problema é que o tratamento das mesmas é inacessível à pessoas de baixa renda”. (CW)

GERAL

Cem anos do Comandante Lara Ribas comemorado em sessão solene

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Homem que se destacou na história catarinense, não apenas como integrante da corporação da Polícia Militar, mas como cidadão, vindo de Palmas, no Paraná, Antônio Lara Ribas, teve seus cem anos de nascimento marcado no Legislativo por uma sessão solene no último dia 24. O presidente da Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), na abertura do evento, destacou as ações de Lara Ribas como integrante da PM, e na qualidade de integrante por 16 anos do Serviço Social do SESI, do qual foi coordenador geral e superintendente nacional.

“Participou da construção de grandes obras educacionais e sociais, não apenas em Santa Catarina, mas no Maranhão, Amapá e Piauí. Participou da construção, com suas próprias mãos, com a ajuda de seu filho – João Batista Ramos Ribas - que está aqui presente, o Hospital da Polícia Militar Lara Ribas”, lembrou Agostini. O comandante da Polícia Militar, coronel Sérgio Wallner, depois de agradecer ao Legislativo, procedeu a entrega de medalha de mérito Antônio Lara Ribas, instituída por decreto governamental durante a Semana Antônio Lara Ribas. Foram homenageados com a medalha o presidente da Assembleia, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio do Amaral e Silva, o também desembargador Ayres Gama Ferreira de Mello, o assessor



Ramos Ribas recebe selo comemorativo durante a cerimônia

militar da AL, Érico Campos, o coronel Jorge Luiz Freitas Martins.

Durante a solenidade, foi projetado um trecho de cinco minutos de um vídeo de duas horas contendo registros da vida de Lara Ribas. No trecho exibido – datado de outubro de 1986 - Lara Ribas fala da importância da colaboração entre as corporações das Polícias (Civil e Militar), para deter “a onda de crimes” que aumentava, citando

seqüestros e terrorismo. Ele enfatiza ainda, na fita, a necessidade de se investir na estrutura científica e de inteligência das polícias. Visionário, Lara Ribas, conforme lembrou o deputado Jaime Mantelli (PDT), foi o precursor das atuais Polícias Rodoviária e Ambiental. Além disso, foi um grande opositor e trabalhou muito para conter a onda nazista em terras catarinenses.

Depois de receber placa comemorativa - homenageando o trabalho de seu pai-, João Batista Ramos Ribas, emocionado,

comentou que apesar de já se terem passado 10 anos de sua morte, era como se ele estivesse presente. Reverenciando o ex-governador Ivo Silveira, também presente ao evento e amigo pessoal de Lara Ribas, João Batista lembrou a defesa intransigente do partido o qual seu pai integrava junto com o ex-governador, o PSD. Lara Ribas, recebeu o título de cidadão catarinense dois anos antes de sua morte. (MMV)

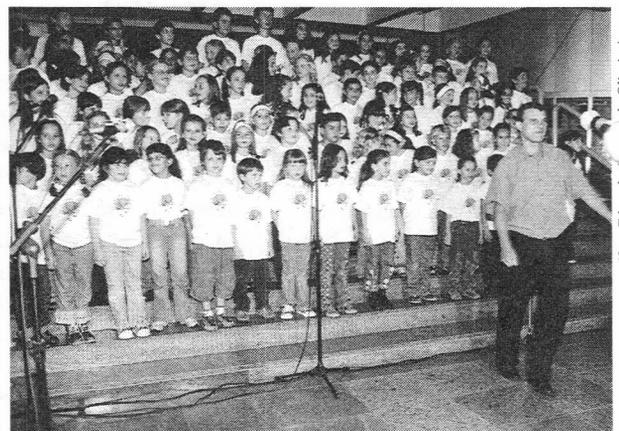
CD Cantos da Ilha foi lançado na AL

Nessa semana aconteceu o lançamento na Galeria de Arte Meyer Filho, da Assembleia, o CD *Cantos da Ilha*, que conta com a participação de 100 alunos de sete escolas de Florianópolis.

O CD faz parte do projeto *Canta Floripa*, idealizado e coordenado pelo maestro Jackson Cardoso. Crianças integrantes dos corais que participam do projeto apresentarão no palco da Assembleia algumas das 11 composições gravadas.

Segundo Cardoso, o projeto pretende estimular a formação de corais nas escolas de Florianópolis. “Nas aulas de canto deste projeto, que já existe há cinco anos, os alunos aprendem a utilizar corretamente a voz, através de exercícios respiratórios e técnica vocal”, informou.

O maestro também destacou que as crianças desenvolvem aspectos importan-



Apresentação do coral com o maestro Cardoso

tes para a formação da personalidade como concentração, socialização e autoconfiança.

As canções incluídas no CD abordam aspectos da cultura, história, folclore e belezas naturais e participaram de sua gravação os corais do Centro de Educação Ilha Tendência, Colégio da Lagoa, Colégio Parque São Jorge, Escola da Fazenda, Escola Jardim Anchieta, Escola Praia do Riso e Escola Vivência. (TK)

Agenda

Dia 4, às 9 horas – Abertura da exposição do artista plástico Joel Silva.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 4, às 19 horas – Sessão solene para entrega de honraria de mérito ao colonista social Zury Machado.

Local: Plenário

Dia 5, às 19 horas – Abertura da exposição do artista plástico Nairo Souza

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 6, às horas – Lançamento do livro *De Volta aos Caminhos da Luz* de autoria de Oswaldo Henrique Neto

Local: Hall da Assembleia Legislativa